



1
2
3 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**
4 **DO LITORAL SUL - CBH-LS - 2023**
5

6 Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, de 08h00 às 16h30, no auditório do
7 Hotel Littoral - Sala Gramame, sito a Av. Cabo Branco, 2172, Bairro do Cabo Branco, João
8 Pessoa PB, para discutir a seguinte pauta: 1. Abertura da reunião; 2. Leitura e aprovação da ata
9 da reunião anterior; 3. Informes: Elaboração do Plano das Bacias Litorâneas – Litoral Sul; 4.
10 Apresentação sobre o Programa Nascentes Vivas – Litoral Sul -Joacy Mendes Nóbrega; 5.
11 Andamento das propostas do Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança nas Bacias
12 Hidrográficas do Litoral Sul – Lovânia Werlang; 6. Termo de Cooperação Técnica para
13 recuperação ambiental e ordenamento dos usos das águas da bacia do rio Mucatu – Prefeitura de
14 Pitimbu - Francisco Carlos de Figueiredo Pinheiro; 7. Termo de Anuência para aplicação de
15 questionário para tese de doutorado e pesquisa de TCC; 8. Definição das Visitas Técnicas; 9.
16 Criação da Comissão Eleitoral do CBH-LS; 10. Almoço; 11. Oficina para preenchimento de
17 planilha de Indicadores do Observatório das Águas (OGA) – avaliação da governança do CBH-
18 LS. Após a verificação de quórum, a **Sra. Maria Edelcides Gondim de Vasconcelos**
19 (Presidente do CBH-LS) abriu a reunião desejando boas-vindas a todos fez uma retrospectiva da
20 reunião anterior disse que as sugestões foram acatadas e seguiu para o **item 2. Aprovação da**
21 **minuta da ata da reunião anterior** - lembrou que a minuta da ATA foi enviada, anteriormente,
22 por e-mail, para leitura e contribuição dos membros e perguntou se todos concordavam com o
23 teor da minuta da Ata ou queriam que fosse feito a leitura da mesma. O **Sr. José Marinho de**
24 **Lima** (representante da SEDAP) solicitou correção no nome do órgão que ele representa SEDAP,
25 ao invés de EMPAER. A **Sra. Ana Cristina Sousa da Silva** (1ª Secretária Geral) fez duas
26 correções: 1ª - a fala do **Sr. Waldênio Barbosa da Silva** (representante da **Alpargatas**) sobre
27 medições de qualidade da água para outorga que fosse realizado mais de uma vez no ano, vai
28 falar com o mesmo o que realmente ele sugeriu para ser incluído nessa ATA; 2ª correção é sobre
29 a AESA assumir o Procomitês. O **Sr. Joacy Mendes** (**Diretor Administrativo e Financeiro da**
30 **AESA**) disse que o Procomitês foi incorporado ao Progestão. O **Sr. Waldemir Fernandes**
31 **Azevedo** (**Diretor de Gestão e Apoio Estratégico da AESA**) esclareceu que a Agência
32 Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA está dizendo que o Procomitês vai ser
33 incorporado pelo Progestão, quando não é bem assim, simplesmente colocaram dentro do
34 Progestão uma meta que é cumprimento do Procomitês, ou seja, dentro do Progestão tem uma
35 meta a ser cumprida pela AESA referente aos Comitês de Bacias (uma porcentagem). Após essas
36 duas correções a **Sra. Ana Cristina**, após essas correções a ATA foi aprovada por todos.
37 Continuando a **Sra. Ana Cristina** informou sobre a sequência da pauta da reunião (já citada a
38 cima) e seguiu para o **item 3. Informe: Elaboração do Plano das Bacias Litorâneas – Litoral**
39 **Sul** - a **Sra. Maria Edelcides** solicitou para acessar o site da AESA, está sendo elaborado o Plano
40 de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte e Litoral Sul, neste caso, o Litoral Sul, Gramame e
41 Abiaí, passou pela fase do TDR com aprovação deste Comitê que orientou o processo de licitação
42 quem ganhou foi a Água e Solo, empresa do Rio Grande do Sul, já teve o Plano de Trabalho e
43 no site da AESA, não está atualizado, está faltando o relatório quatro e o Diagnóstico, é
44 importante o Comitê acompanhar esse processo porque o Plano de Bacias é um instrumento de

45 Gestão do Comitê, ou seja, o Comitê precisa se apropriar desse processo, para uso nas definições
46 de ações. O Processo de Construção e Elaboração vem junto com o grupo de acompanhamento,
47 com pessoas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, representantes dos Comitês,
48 todas essas etapas passam por esse grupo de acompanhamento, já houve duas audiências
49 públicas, na fase de diagnóstico a primeira em Pedras de Fogo em Setembro (colhendo sugestões
50 para o Diagnóstico) e a segunda Audiência Pública aconteceu em Conde/PB, com uma oficina
51 para os membros do Comitê, com essa possibilidade de se apropriar mais, o que foi bem
52 participativo o processo de construção, foi uma solicitação deste Comitê, ter um momento de
53 socialização para que cada um pudesse dizer o que conhece e como cada um está vendo. Tudo é
54 processo de construção para chegar a fase final que é a próxima etapa, na fase de cenarização foi
55 feito um relatório, com sugestões/observações, grande parte dessas observações, justificadas
56 através de um caderno de correções, a grande maioria foram atendidas. O próximo passo é a parte
57 mais importante com a definição de ações/responsabilidades, quem vai fazer o que. As
58 prioridades das ações, de onde vem o recurso e etc. no folheto da Água e Solo - Fluindo com o
59 Rio, mostra essa evolução. É bom que esses dados estejam atualizados no site da AESA. O **Sr.**
60 **Diego**, Gerente de TI da AESA disse que espera receber os dados para fazer a devida atualização.
61 O Grupo de Acompanhamento solicitou que as reuniões desse grupo fossem gravadas para que
62 o Comitê tome conhecimento e possa acompanhar. Não havendo dúvida/questionamento, seguiu-
63 se ao **item 4 - Apresentação sobre o Programa Nascentes Vivas – Litoral Sul - Joacy Mendes**
64 **Nóbrega**. A **Sra. Ana Cristina** lembrou que essa foi uma demanda solicitada pelo próprio
65 Comitê para saber como funcionou esse processo para Pitimbu porque o **Sr. Edielson Nunes**
66 (representante da Prefeitura de Alhandra) tem interesse de entender o processo e participar. Sobre
67 a questão de Pitimbu, o **Sr. Joacy Mendes (Diretor Administrativo e Financeiro da AESA)**
68 disse que este assunto vem sendo discutido em várias reuniões inclusive com relação a aplicação
69 dos recursos e a AESA sempre justificando aguardando a finalização do Plano de Bacia e o
70 Comitê tem entendido a importância desse plano que o Comitê vem construindo junto com a
71 AESA. Na realidade, a AESA tem um bom recurso guardado até o presente momento, para a
72 partir do Plano, com o diagnóstico, seja colaborado com o que está acontecendo na bacia, ainda
73 vai ter discussões futuras mais que o Plano tem previsão de até setembro se tenha esse Plano em
74 mãos para a AESA e os Comitês discutam essa situação. Com relação a Pitimbu e a essa
75 apresentação há mais de um ano houve uma discussão com o SENAR sobre uma parceria para
76 recuperação de nascentes, estiveram presentes o **Sr. Domingos Lélis**, a **Sra. Lovânia** e o **Sr.**
77 **Pedro José César Lima (representante da Prefeitura de Pedras de Fogo e Presidente do**
78 **CBH-LS)** que tinham um estudo/levantamento das nascentes e se vinha discutindo isso, porque
79 um projeto desse porte não acontece da noite para o dia, envolve várias instituições/organismos
80 e a dificuldade de iniciar esse processo de chegar ao momento de ter efetivamente as ações
81 realizadas, nesse meio das discussões em agosto/2022, o pessoal de Pitimbu procurou a AESA
82 para tratar de algumas ações do município e começou-se a discutir um plano de ação com relação
83 a ação ambiental no rio Mucatu e a AESA se prontificou além da degradação ambiental, a forma
84 como está sendo explorada a água do rio, também a regularização de outorgas e licenças. A
85 AESA quer chegar a todo o Estado da Paraíba com a sua função que é regularizar o uso e outras
86 ações como fiscalização e etc. Pitimbu apresentou essa demanda e foi formalizado um termo de
87 parceria AESA x Prefeitura de Pitimbu). Ainda não dispomos do Plano de Bacia com
88 diagnóstico, a AESA está trabalhando algumas ações com recurso do Fundo Estadual nessas
89 formatações de parcerias. Essa questão das nascentes do Litoral Sul. Foi discutido com Lovania
90 e outras pessoas da AESA e pensou-se em um projeto piloto com relação ao rio Gramame que

91 tem sua função importantíssima de abastecimento para a Capital e região metropolitana. No Rio
92 Gramame foi levantado trinta nascentes, sendo: vinte e três na bacia rio Gramame e sete na bacia
93 do Abiaí, através de contratação de empresa. A finalidade dessa ação é salvar as nascentes, existe
94 dois problemas nessa região do litoral: o uso da água na agricultura através da irrigação e a
95 ligação/aproximação da capital ao Conde, causando o desmatamento, causado pela exploração
96 imobiliário, que destrói as matas e afeta na degradação. A AESA já está trabalhando nesse sentido
97 de manter essas nascentes vivas. O **Sr. Joacy** comentou que o Sr. Beranger Arnaldo (Diretor de
98 Acompanhamento da AESA) especialista nessa questão ambiental, sugeriu, que essas nascentes
99 sejam georreferenciadas com Drone, nas bacias, isso foi um trabalho feito pelo **Sr. João Pedro**
100 **(Gerente de Operação de Mananciais da AESA)** apresentou um orçamento aproximado de um
101 milhão, cento e dezesseis mil reais. Tudo isso será discutido com o Comitê para colaborarem
102 com a construção de aplicação de recurso. Além das nascentes o **Sr. Joacy** trouxe, também, o
103 Plano de Segurança Hídrica que o governo está fazendo com o Banco Mundial, dezenove milhões
104 só para a AESA. Esse estudo hidro geológico foi contratado a empresa e um profissional da área
105 de hidrologia que acompanha esse contrato, a empresa esteve em João Pessoa e apresentou o
106 plano de trabalho o mesmo foi discutido na secretaria com técnicos da AESA que foi muito bem
107 questionado pelo pessoal da AESA, para melhorar o plano de trabalho. Esse Estudo hidro
108 geológico é exatamente o aquífero Pernambuco/Paraíba. Não tem informações para poder
109 outorgar, melhor, as águas subterrâneas e esse estudo dará um norte do que temos em termo de
110 reserva subterrânea, pode ser uma das maiores riquezas do Litoral. Abrange uns 36 municípios
111 da região do litoral, alguns municípios do Rio Grande do Norte. Desses dezenove milhões, outro
112 produto importante é a modernização da rede de monitoramento, já está sendo instaladas as PCD
113 que traz benefícios tanto para a agricultura como para o clima. A Paraíba terá uma das redes mais
114 atualizadas em monitoramento. O plano de gestão das águas do PISF, está em andamento tudo
115 com recurso do Banco Mundial. Dezenove milhões só em gestão de recurso. Sem esses planos e
116 sem dados, não se faz gestão de recursos hídricos. Por isso que a AESA está com o mesmo corpo
117 técnico abraçando tantas coisas. Há pouco dias teve dois gerentes no grupo relatando a
118 necessidade de se trabalhar com a responsabilidade acumulada que está em cima dos técnicos da
119 AESA. O Plano de Gestão do PISF tem os canais do sertão muito beneficiado com a água da
120 transposição, ainda vai sair a terceira entrada do rio Piancó, tudo responsabilidade futuramente
121 de fazer essa gestão e já está sendo feita essa gestão das águas do São Francisco a exemplo do
122 rio Paraíba, onde a AESA está constantemente, presente administrando essas águas, com o
123 pessoal ribeirinhos a margem do rio, nessa parceria com o Banco Mundial, está o aprimoramento
124 da outorga ou seja como melhorar a concessão das outorgas, está sendo contratada uma
125 consultoria para esse fim, o plano de bacia do rio Paraíba está fora do recurso do Fundo Estadual,
126 é recurso do Banco Mundial. Está sendo feito o Litoral Norte e Litoral Sul. Tem uma grande área
127 que é da bacia Federal onde eles trabalham constantemente essa atualização do Plano de Bacia.
128 Todos esses produtos tem o arcabouço legal, com todo esse estudo sendo elaborado precisa
129 unificar ou trabalhar melhor a nossa legislação. Há momento em que os técnicos tem dúvida de
130 atuar, porque a legislação não facilita o entendimento de como aplicar, em campo, na
131 fiscalização, na concessão de outorga ou licença de obra hídrica. O Governador anunciou
132 concurso para engenheiros. O Governador vai contratar um número de engenheiros e alocar nos
133 órgãos que precisam, inclusive na AESA. Trouxe essas informações para manter o Comitê
134 atualizado como processo de transparência, apresentou também a reforma da sede da AESA,
135 comprando novos computadores proporcionando melhores condições de trabalho. Por fim, deixa
136 claro que a AESA tem boa relação com os Comitês, tudo é discutido com os Comitês de forma

137 transparente, as demandas advindas dos Comitês são sempre acatadas, quanto a demora é porque
138 o setor público depende de legislação para que as coisas aconteçam de forma responsável (para
139 conclusão de um processo de licitação dura seis meses) mas estamos caminhando com clareza e
140 transparência. No mais ficou à disposição para responder as dúvidas. **Sr. Domingos de Lélis**
141 **Filho (representante FAEPA)** referindo-se a parceria com o SENAR, a ideia é fazer junto com
142 a UFPB de Areia, com os técnicos, hidrólogos, o pessoal de hidrologia de Areia e Universidade
143 de João Pessoa, esse convênio é para a Universidade toda, SENAR e Campus de Areia. Já está
144 com uma casa dentro do campus de Areia que está sendo reformada e será a sede do SENAR que
145 vai atender entre outros, esse projeto de Educação ambiental. Quer iniciar a partir de Areia porque
146 tem outros programas para realizar em Areia e o de educação Ambiental será um deles. Lá vai
147 ter estudantes e professores com vontade de fazer as coisas acontecerem. **O Sr. Joacy** salientou
148 que o programa de capacitação da AESA é um dos melhores que existe, em breve a AESA estará
149 lançando o edital da segunda turma do curso de pós-graduação em parceria com o SENAI, além
150 de uma programação para o ano de 2023 de 30 curso a serem ministrados, próximo dia
151 18/05/2023 estará acontecendo uma capacitação sobre Sistema Agroflorestal na Recuperação de
152 Nascentes, demanda do CBH-LS, que coincide com toda essa discussão feita aqui. **O Sr.**
153 **Edielson** pode ser aproveitado nesse processo de recuperação de nascentes de Gramame e Abiaí
154 que já está em curso. É complexo e caro, mais importante e necessário. **O Sr. José Marinho**
155 **(representante da SEDAP)** referindo ao levantamento que identificou 30 nascentes, a maioria
156 a montante do rio Gramame e número menor a jusante e pergunta se a execução dessas obras de
157 recuperação das nascentes vai ser contemplada com esse recurso do Plano Estadual, ou através
158 de recurso existente da AESA e sobre a recuperação da nascente (Coca-Cola) em Alhandra que
159 já demanda de discussões em várias reuniões e que foi entregue oficialmente, pelo Comitê para
160 a AESA e qual a situação. **O Sr. Joacy** disse que esse número maior de nascentes a montante é
161 para reservar água, quanto ao recurso de recuperação das nascentes será do FERH. Sobre o caso
162 da nascente Coca-Cola a sugestão é que desde o momento que se começou a fazer pequenas
163 aplicação do recurso, que o Comitê traga para a AESA através de Ofício, porque o recurso que
164 existe é da bacia, quando o Comitê participa da discussão e traz a sugestão, fica mais fácil de
165 resolver. Então a **Sra. Maria Edelcides** explicou que na última reunião deste Comitê houve
166 algumas sugestões a serem incluídas nesse Projeto: 1ª - o **Sr. Breno Andrade (Associação**
167 **Conde Orgânico)** sugeriu a incorporação da agrofloresta; 2ª- o **Sr. Ronilson José da Paz**
168 **(representante do IBAMA)** sugeriu incluir a legislação de áreas de proteção ambiental e que a
169 Prefeitura de Alhandra apresentasse um Projeto Executivo para identificar melhor o que é que a
170 prefeitura quer, em valores, e o que está sendo solicitado do recurso da cobrança. **A Sra. Maria**
171 **Edelcides** disse que é importante que seja algo operacional: O que quer desse Projeto Executivo.
172 O que vai caber a AESA. O que vai caber a Prefeitura precisa deixar claro no Projeto o que
173 realmente quer. No projeto foi discutido a situação, mas não consta a parte financeira. **O Sr.**
174 **Edielson** disse que não ia mais insistir com esse projeto da Coca Cola, a Prefeitura já plantou
175 368 mudas de árvores nessa nascente já que não obteve resposta da AESA. **A Sra. Ana Cristina**
176 lembrou que teve uma reunião em Alhandra onde foi discutido o recurso do FERH foi a primeira
177 reunião e nesta reunião foi questionado e solicitado onde todos colocou nas tabelinhas as formas
178 que os membros do Comitê ou qualquer pessoa quisessem elaborar e executar projetos. Naquela
179 reunião o Comitê decidiu algumas formas como: abrir edital; dispensa de licitação e colocou
180 todas as formas para que qualquer pessoa pudesse fazer a submissão de projetos para o recurso
181 do FERH. Nessa mesma reunião com o Sr. Edielson estava com o projeto já elaborado. **O Diretor**
182 **Joacy** é membro do CBH-LS representando a AESA, esse projeto foi discutido e apresentado

183 junto com a pessoa da AESA responsável pelo FERH e estava presente também o Sr. Beranger
184 Diretor de Acompanhamento e Controle da AESA. Naquela reunião foi como esse projeto
185 poderia entrar como de recursos do FERH, não se sabe se algumas dessas três formas entrou para
186 FERH. O **Sr. José Marinho** disse que a ideia seria uma parceria e o recurso oriundo do FERH.
187 O **Sr. Joacy** disse que a AESA está aberta a receber essas demandas. É assim que se começa as
188 discussões e aguarda se possível esta semana ou na próxima que chegue para ser levado a
189 diretoria colegiada da AESA, para seja tratado da mesma forma que o de Pitimbu. A **Sra. Ana**
190 **Cristina** disse que também tem o projeto do **Sr. Ivanildo Santana (Escola Viva Olho do**
191 **Tempo)** que também foi apresentado para o Comitê com presença e representantes da AESA. A
192 contratação de Lovania foi demanda do Comitê. Tem muito mais recurso no FERH que no
193 Progestão, o FERH o responsável para dizer o que está faltando naquela bacia é o Comitê e o
194 CERH, no Progestão é a ANA que diz o que fazer com o recurso do Progestão, o fundo é o
195 Comitê de Bacias Hidrográficas. Foi contratado Sra. Lovania, agora está precisando fechar mais
196 uma lacuna que é o Manual para implementação do FERH que já foi solicitado pelo Comitê.
197 Então não é só a demanda do Sr. Edielson que falta ser atendida, tem o projeto de Lélis para ser
198 implementado com o Fundo e outros projetos que podem ser executados com recurso do fundo.
199 O **Sr. Joacy** disse que é preciso ter calma. Enquanto não tiver o plano de bacia, trazendo o
200 diagnóstico da bacia, essas demandas, ora apresentadas, podem ser encaminhadas a AESA de
201 forma oficial pelo Comitê. A AESA está começando a criar o fluxo de aplicação do recurso.
202 Enquanto não tem o plano de bacia o fluxo é esse, que o Comitê apresente a demanda, todos
203 estão atestando. foi muito fácil a parceria com Pitimbu. As portas da AESA estão abertas, não
204 precisa nem agendar. Espera receber esses projetos para levar a Diretoria Colegiada da AESA, a
205 **Sra. Maria Edelcides** lembra que o caso de Pitimbu não envolveu recurso. O **Sr. Joacy** disse
206 que o recurso é o do dia a dia da AESA, quando o técnico vai a campo tem diária, combustível
207 esse é o recurso não é recurso de aplicação do FERH. Em Pitimbu está acontecendo uma boa
208 parceria, já com resultado, conscientizando as pessoas, chegou junta a capacitação, a
209 regularização e fiscalização. Gestão é isso. Tem problemas ambientais que vão recair no recurso
210 arrecadado. É sabido que com o Plano de Bacia todos os municípios irão apresentar demanda.
211 Pitimbu não tem saneamento básico, não adianta atacar uma situação se não for resolvido o
212 problema na raiz (saneamento). Como recuperar uma nascente se a falta de saneamento é o que
213 mais polui. Então está sendo discutindo forma/fluxo de aplicação e recurso. Por enquanto as
214 demandas são essas. Então espera-se que essas demandas ora elencadas, sejam dadas entradas
215 pelo Comitê para que a Diretoria colegiada da AESA, possa tomar as devidas providências. A
216 **Sra. Ana Cristina** – propôs enquanto não está saindo nada de forma mais oficial (edital, ou
217 demanda espontânea) marcar uma reunião com todos os membros que tenham interesse em
218 executar projetos na bacia, juntamente com o Sr. Joacy e Lovânia e deixar agendado uma data
219 para tratar essas pendências (projeto de Sr. Edielson, Sr. Ivanildo, Sr. Lélis e outros que irão
220 aparecer). O **Sr. Joacy** concordou com essa reunião e disse que o FERH hoje é maior que a
221 AESA, o trabalho que o FERH vai ter, a partir de agora com aplicação de recurso, é maior que a
222 AESA, é preciso estruturar em termo de pessoal, a questão do FERH, por ser dois órgãos. O Sr.
223 Joacy disse que a questão de ter dois órgãos, duas pessoas jurídicas AESA e FERH é um
224 problema, porque é um grupo de pessoal trabalhando em dois órgãos, dois planejamento: se tem
225 um plano de aplicação para o FERH e tem também um planejamento da AESA, a gestão de
226 recursos hídricos tem que ser pensada a AESA um órgão e um planejamento, inclusive um
227 planejamento, como vai entrar agora a aplicação de recurso em projetos, um projeto não se
228 executa dentro de um ano o projeto de recuperação de nascentes, (então tem que pensar em criar

229 plano de aplicação para mais um ano. A **Sra. Ana Cristina** propôs agendar uma reunião para
230 01/06/2023 pela manhã para tratar da execução desses projetos pendentes. A Sra. Aline fará a
231 divulgação no grupo. Mais uma vez o Sr. Joacy disse que a AESA está discutindo formas e
232 modelos referente ao FERH. Tem pouco recursos nas bacias porque em setembro estará
233 recebendo o plano de bacia trazendo esses problemas, para que seja aplicado da forma mais
234 planejada possível. Será acatado esses projetos para atendimento, através da arrecadação na
235 bacia. O **Sr. Edielson** disse que Alhandra tem um problema sério sobre o barramento feito pela
236 CAGEPA para estação de captação no período chuvoso tudo bem, mas no período de seca, por
237 várias vezes se teve que conter o povo para que não estourasse esse barramento, porque os
238 ribeirinhos a jusante ficam prejudicados, então solicita a AESA se juntar com a CAGEPA para
239 resolver esse problema. Inclusive o rio Taperubus precisa de reflorestamento. O **Sr. Francisco**
240 **(Gerente de Bacia da AESA)** disse que essa captação é o que dá suporte para abastecimento da
241 cidade. **Sr. Joacy** perguntou qual é a solução. Francisco disse que é com a CAGEPA. O
242 representante da CAGEPA disse que esse barramento é para dá um nível satisfatório para
243 abastecer a cidade, isso é desde d existência do abastecimento de Alhandra. O **Sr. Edielson** disse
244 que já levou esse Comitê para conhecer a nascente do rio Taperubus em Pedras de Fogo. O
245 Representante da CAGEPA disse que não é interessante para a CAGEPA tirar água além do que
246 ela necessita, ela retira a água para abastecer a cidade. O **Sr. Edielson** disse que essa captação
247 não traz nenhum benefício para a cidade de Alhandra. O **Sr. Joacy** pediu para que o **Sr.**
248 **Francisco (AES A),** juntamente com alguém da CAGEPA fazer uma visita técnica e fazer um
249 relatório com essas questões para que seja resolvido a situação. A **Sra. Ana Cristina** lembrou
250 que tem uma agenda em 01/06/2023 a ser realizada na Sala de reunião da SEIRH. Outro ponto –
251 houve uma reunião da câmara técnica do CERH, onde tinha sido solicitado um Engenheiro de
252 recursos hídricos, para trabalhar com os comitês, nos atendimentos mais técnicos para elaboração
253 e execução de planos, porque é muito trabalho para as pessoas que estão trabalhando na AESA,
254 os objetivos da AESA estão aumentando, primeiro o PISF, depois as vertentes litorâneas que
255 estão chegando são muitas demandas, talvez contratar esse engenheiro por seis meses, com o
256 recursos inclusive do Procomitês que não foi gasto. O **Sr. Joacy** disse que talvez o Presidente da
257 AESA venha a ter problemas com TCE futuramente. Há alguns dias o presidente do Tribunal de
258 Contas do Estado **Sr. Nominando Diniz,** disse que os gestores públicos tivessem cuidados com
259 contratos, e recomendou a realização de concurso. O TCE no próximo ano não vai perdoar. A
260 AESA tem 19 pessoas contratadas para dá reforço a tudo isso. Foi entregue ao governador,
261 proposta de reestruturação do quadro da AESA, que o concurso certamente não virá para toda
262 essa proposta que apresentamos, mas o govenador anunciou concurso para engenheiros, ligados
263 a essa área, que virão também alguns para a AESA. **Sr. Waldemir Fernandes** – disse que a
264 presença de **Joacy** não referenda o que ele falou. O Comitê tem uma secretária e tudo que for
265 tratado deve sair um ofício encaminhado para a AESA, outro ponto – o comitê elaborar projetos.
266 O Comitê não é órgão gestor, nem executivo, é órgão de governança, ele solicita que seja tomada
267 providência com relação a determinado fato, pode até encaminhar um projeto para ser analisado,
268 mas quem vai projetar é o órgão gestor para que ele analise a necessidade de ter licitação ou qual
269 vai ser a forma de execução daquela ação, o **Sr. Joacy** falou bem, quando for na oportunidade
270 da aprovação do plano de recursos hídrico da bacia, o Comitê é quem vai dizer as prioridades das
271 ações. Os membros do Comitê são representante da bacia como um todo, o interesse é coletivo,
272 a representação é da Bacia. A questão que **Ana Cristina** colocou sobre a contratação de um
273 engenheiro, aqui tem técnicos excelentes, pessoas da Universidade (Edelcides, Ana Cristina) e
274 órgãos que podem solicitar as coisas para a AESA com base no instrumento de trabalho que é o

275 Plano de Bacia. Lembrou que as inscrições para o ENCOB já estão abertas e vai acontecer em
276 Natal/RN e que já seja enviado ofício aos seguimentos que tem obrigação de custear as despesas
277 dos membros para que já sejam providenciadas. A Sra. **Ana Cristina** disse que nesse Comitê, as
278 coisas acontecem dentro das regras, a intenção deste Comitê é melhorar a bacia como um todo.
279 O **Sr. Joacy** finaliza sua fala agradecendo a oportunidade de fazer essa apresentação e diz que o
280 governo anunciou concurso de 130 vagas para engenheiros civil, 10 para engenheiro ambiental,
281 10 de engenheiro eletricitista e etc. A Sra. **Ana Cristina** agradeceu ao **Sr. Joacy** e passou ao item
282 **5. Andamento das propostas do Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança nas Bacias**
283 **Hidrográficas do Litoral Sul - A Sra. Lovânia Werlang** apresentou o plano de aplicação para
284 2023, construído em setembro/2022, agora em 2023 será construído o de 2024. A celerização dos
285 planos das bacias, que virão recheados de metas e ações já podem incorporar no plano de 2024 e
286 também em cima do Plano Estadual. Os Programas contemplados no Plano de Aplicação do
287 FERH 2023 são: **1 – A Gestão de Recursos Hídricos;** apoio a Gestão participativa –
288 funcionamento de Comitês de Bacias – O suporte é feito periodicamente; organização de
289 simpósio na semana de mobilização em defesa da água; **2 – Sistema de fiscalização do Uso da**
290 **Água** – sendo realizado com demandas diárias; Regularização de usuário em condomínio em
291 Carapibus; e Ações diretas na bacia do Rio Mucatu; **3 . Elaboração e Atualização de Planos**
292 **Diretores das Bacias LS/LN** – Está em fase de cearização, previsto para junho/2023; **4.**
293 **Atualização do enquadramento dos corpos hídricos no Estado da Paraíba** - em fase de
294 licitação; **5 – Política de Cobrança pelo Uso da Água-** Assinatura do contrato de execução do
295 estudo – Empresa Techne; **6 - Capacitação Técnica em Recursos Hídricos:** 2023 foi realizado
296 o I Simpósio de Recursos Hídricos da Paraíba na semana de mobilização em defesa da água;
297 Trabalhos apresentados: 16 com publicação; Curso de Agroflorestal e Recuperação de nascentes
298 (dia 18/05/2023); **7 – Segurança de Barragem** – As barragens do Litoral Sul, são monitoradas
299 regularmente de acordo como indicado na legislação, tanto as de responsabilidade do Estado,
300 bem como as particulares; **8 - Monitoramento do Sistema Hidrometeorológico** – Atividades
301 periódicas. Feito diariamente e colocada à disposição da sociedade paraibana através do site da
302 AESA (Estações convencional); **9 – Controle Quantitativo e Qualitativo dos recursos**
303 **hídricos** – Atividade periódica (5 pontos de monitoramento em rios e em açudes); **10**
304 **Preservação Ambiental de Mananciais** – Atividade periódica sempre que tiver demandas: Nas
305 campanhas de Fiscalização também são observadas as necessidades de manutenção. Gramame
306 foi feito estudo de batimetria; **11. Projeto Educação Ambiental para proteção dos Recursos**
307 **Hídricos** - Comitês nas Escolas, sendo formatado a 3ª etapa; Nessa terceira etapa serão
308 contempladas duas escolas do Município de Pitimbu; Escola no Município do Conde (crianças
309 de 4 e 5 anos) – Semana da Água; **12 - Conservação e Preservação das Nascentes nas bacias**
310 **hidrográficas** - Plano das Bacias: A sugestão é fazer: -Diagnóstico com auxílio de ORTOFOS
311 (com delimitação da área, caracterização da situação de cada nascente); Identificação dos
312 proprietários onde as nascentes estão localizadas (tem que haver parceria); Fazer um censo
313 remanescentes florestais (Elabora Projetos) – Bacia do Rio Mucatu. Esses são os programas que
314 estão em execução. O **Sr. José Marinho** (SEDAP) referindo-se ao **item 5 - Cobrança pelo Uso**
315 **da Água** – perguntou se a contratação de uma empresa é preconizada pela legislação. A **Sra.**
316 **Lovania** disse que a Legislação diz que pode contratar empresa para fazer o estudo de tudo que
317 pede o TDR para submeter a AESA. a cada etapa além dos grupos de acompanhamento, vai ter
318 audiências públicas com os Comitês e com cada setor de usuários de água, está previsto 10
319 oficinas. É todo estudo da cobrança mediante o arcabouço que se tem hoje, inclusive a água do
320 PISF. Essa empresa contratada fez o estudo da implantação da cobrança em Pernambuco, o nosso

321 caso é a atualização. O Sr. Francisco Pinheiro perguntou se a área de recarga das nascentes seria
322 contemplada. A **Sra. Lovânia** disse que sim, a área de recarga será identificada no estudo de
323 diagnóstico. A recarga seria uma área delimitada suficiente para recarregar a nascente. Em
324 Pitimbu será trabalhado o uso e a ocupação de solo na bacia de Mucatu. Não adianta reflorestar
325 se não pensar no entorno. A **Sra. Lovânia** disse que as nascentes deveriam ser reservadas como
326 a nascente do rio Paraíba, que é um paraíso, mas só se consegue chegar lá se arrastando, por isso
327 que está preservada. Continuando passou-se ao **item 6. Termo de Cooperação Técnica para**
328 **recuperação ambiental e ordenamento dos usos das águas da bacia do rio Mucatu –**
329 **Prefeitura de Pitimbu** - foi apresentado pelo **Professor Gilson Moura**, aposentado pela UFPB
330 e atua na prefeitura de Pitimbu, no setor de meio ambiente, e vai apresentar o que está sendo feito
331 na bacia do Mucatu. A partir de uma denúncia do assentamento Nova Vida que estava faltando
332 água para os proprietários, reuniu-se a equipe de meio ambiente e foram aquele assentamento e
333 foi dito que algumas nascentes estavam sendo degradadas e que a vazão do rio estava diminuindo,
334 alguns córregos já não existiam, tinha desmatamento e etc. Marcou-se uma reunião na prefeitura
335 com representantes dos Assentamentos, para ver como a prefeitura poderia fazer para melhorar
336 essa situação, de posse dos mapas começou-se o trabalho a montante da bacia, reuniu-se a
337 comunidade Mucatu para iniciar o trabalho e foi levantado a questão da Outorga, que é
338 responsabilidade da AESA e após essa reunião a equipe de Pitimbu foi a AESA e discutiu-se a
339 necessidade de iniciar um projeto naquela região e veio técnicos da AESA para conhecer a região.
340 Esse trabalho compreendia visitar as propriedade com a parte de educação ambiental e
341 acompanhados de pessoas da comunidade visitaram cerca de 40 propriedades fazendo um
342 levantamento do que ali existia (se tinha poço, bomba com a capacidade, qual o uso da água,
343 irrigação, uso doméstico, lazer e etc. para depois saber como atuar, mapearam mais de vinte
344 nascentes além de fotografar o que via pela frente. Eles alegavam a dificuldade é o lixo, foi-se
345 observando também até onde o carro coletor podia chegar, eles disseram que enterravam ou
346 queimavam o lixo. Juntou-se a Secretaria de meio ambiente, Secretaria de infraestrutura,
347 Secretaria de educação e Secretaria da Agricultura para além de apoiar, buscar apoio de outras
348 instituições, outro problema eram as fossas próximas dos rios e a construção de barramento. Feito
349 esse levantamento montou-se uma apresentação marcou-se uma reunião com o setor técnico da
350 AESA e surgiu então o Termo de Cooperação Técnico com duração de quatro anos, oficializado
351 em fevereiro/2023, o que a AESA poderia fazer, ficou a cargo da Prefeitura buscar parceria tanto
352 empresa pública como privada. A AESA ficou responsável em avaliar, orientar e fiscalizar
353 quanto a regularização dos usos de água, barramento e outros trabalhos de nascentes e etc, foi
354 feito uma reunião com a comunidade para apresentar o que foi levantado nesse trabalho estiveram
355 presentes vários secretários do município, técnicos da AESA, representantes do SEBRAE, cujo
356 programa busca exatamente orientar os agricultores. Tem uma associação de praia bela,
357 querendo participar desse projeto. A SUDEMA não foi envolvida nesse primeiro momento, mas
358 também tem sua competência na questão das nascentes. O trabalho está evoluindo, em Mucatu
359 começa a discutir a parte de recuperação de nascentes e mata ciliar, com apoio do Jardim
360 Botânico, orientando a questão dos viveiros, a UFPB também está entrando como parceira e etc.
361 Tudo isso está acontecendo sem recurso. Mas em algum momento vai se chegar a fase dos custos
362 que com certeza precisará do apoio deste Comitê. Sabendo que a AESA tem problema com
363 pessoal a Prefeitura de Pitimbu, ajudou na questão do cadastramento de outorga, muitos
364 agricultores não tem outorga e outros estão vencidas e para ter direito a tarifa verde é preciso ter
365 a outorga atualizada, então a Prefeitura envolveu a Secretaria de Educação quanto a questão de
366 Educação ambiental que é fundamental em todos os níveis. A Sra. Lovania disse que vai ter duas

367 escolas fundamental 1 e 2, na bacia. O importante nesse trabalho é que a coordenação passa
368 atribuição para as instituições responsáveis, cada um com a sua competência. É uma experiência
369 muito boa, espera-se que dê certo e que possa ser replicada em outras bacias. O Sr. Francisco
370 Pinheiro (Prefeitura de Pitimbu) é uma demanda antiga e que a Prefeitura está investindo e
371 correndo atrás de parceiros. Lembra que não existe transferência de recurso cada instituição está
372 fazendo sua parte. O Sr. Edielson parabenizou por essa ação e perguntou quando chegar na parte
373 financeira dos recursos, a Prefeitura faz sua parte e a parte da AESA como procedeu. O Professor
374 **Gilson Moura** teve uma reunião com a SUDEMA que tem no programa nascentes vivas do
375 governo do Estado já que ninguém pode mexer em uma nascente sem autorização/licença da
376 SUDEMA, o que leva tempo e custo só nesse primeiro momento tem umas 20 nascentes a ser
377 recuperadas e se a Prefeitura tiver que pagar vai se posicionar contra porque a Prefeitura não vai
378 pagar por algo que a instituição/SUDEMA tem obrigação de recuperar. O Superintendente da
379 SUDEMA entendeu e ficou de levar o caso para a reunião do COPAM. O **Sr. José Marinho**
380 perguntou quantas dessas nascentes detectadas permanece contribuindo com o volume de água
381 do rio. O Professor disse que todas as nascentes visitadas todas contribuem, para o rio Mucatu
382 apenas algumas foram desviado o percurso. Até agora foi resolvido o problema do lixo, as fossas
383 serão conversadas com a Comunidade, alguns moradores são muito carentes e está sendo visto
384 com a Prefeitura a possibilidade de deslocamento dessas fossas para mais distante do rio isso
385 nessa segunda etapa. O Sr. Domingo Lélis falou sobre uma denúncia que a água de João Pessoa
386 é cheia de agrotóxicos. O Representante da CAGEPA disse que a CAGEPA tem controle sobre
387 a qualidade da água e sugere que o comitê peça oficialmente o relatório sobre a contaminação da
388 água por agrotóxicos. A CAGEPA tem laboratório regularmente pra fazer esses testes. A **Sra.**
389 **Ana Cristina** disse que pode ser ponto de pauta da próxima reunião. A **Sra. Ana Cristina** disse
390 que no futuro precisa ser trabalhado as questões das bacias do Litoral Sul, no que diz respeito
391 delimitação das bacias hidrográficas do Litoral Sul, algumas partes não deveriam pertencer a
392 bacia do Rio Paraíba, mas do Litoral Sul. Isto precisa ser visto junto ao CERH. Continuando a
393 Pauta passou-se ao **item 7. Termo de Anuência para aplicação de questionário para tese de**
394 **doutorado e pesquisa de TCC;** A **Sra. Jane** aluna de Doutorado em Gestão de Recursos
395 Naturais da Universidade Federal de Campina Grande solicitou um Termo de Anuência deste
396 Comitê, para atender exigência do Comitê de Ética para o Doutorado com o título Processo de
397 Negociação de Conflitos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Gramame, Litoral Sul da
398 Paraíba. Ela vai desenvolver uma serie de questionário, inclusive. É interessante que esses
399 trabalhos aconteçam no Comitê, por que sempre resultar em trabalho importante no processo de
400 gestão e que outros também podem acontecer inclusive TCC em qualquer nível. A **Sra. Ana**
401 **Cristina** disse que no final da aprovação desse trabalho a **Sra. Jane** poderá fazer uma
402 apresentação desse trabalho para este Comitê, no sentido de contribuir com a gestão. A **Sra. Jane**
403 disse que o trabalho será uma análise como acontece a negociação desse conflito. Ela com o
404 orientador vai aplicar a metodologia Negociação baseada em princípios, será feito mapeamento
405 como se dá essa negociação dentro do Comitê desses conflitos, na bacia do rio Gramame e será
406 analisado se é baseada em princípios caso contrário ela vai oferecer sugestões. A **Sra. Maria**
407 **Edelcides** perguntou se a plenária concordava com esse estudo e todos concordaram e seguiu-se
408 para o **item 8 - Definição das Visitas Técnicas** - a primeira será a de Alhandra A **Sra. Ana**
409 **Cristina** disse que dentro do programa Procomitês foi colocado algumas visitas técnicas, a
410 sugestão é Alhandra com esse conflito dos barramento e Pedras de Fogo para recuperação de
411 nascentes. A **Sra. Lovnia** disse que no IFPB um professor está implementando um viveiro de
412 mudas para recuperação de nascentes, então seria bom contatar esse professor conhecido do Sr.

413 Beranger, seria bom conhecer esse viveiro e a metodologia que ele vai usar, seria uma visita
414 produtiva. O **Sr. José Marinho** sugere uma visita a essa área que a **Sra. Ana Cristina** falou que
415 não pertence ao Comitê do Litoral Sul, mas a bacia do rio Paraíba. A **Sra. Ana Cristina** ficou de
416 organizar dois dias de visitas, contemplando dois lugares cada dia então ficou definido o dia 13
417 de junho/2023 a primeira visita a Alhandra e Gramame. Outro ponto importante seria que esses
418 projetos que estão acontecendo no Litoral Sul, ficasse armazenado na página da AESA até sair a
419 página dos Comitês. O **Sr. Edielson** levantou o problema de uns pescadores filiados a colônia de
420 pescadores de Pitimbu que foram despejados A **Sra. Ana Cristina** disse que o assunto foge da
421 Pauta, mas será tratado no dia 13/06 por ocasião da visita a Alhandra, e seguiu para o item **9.**
422 **Criação da Comissão Eleitoral do CBH-LS - A Sra. Ana Cristina** apresentou uma
423 Deliberação que Institui a Comissão Eleitoral para renovação dos membros do Comitê das Bacias
424 Hidrográficas do Litoral Sul – CBH-LS. Para participar dessa Comissão do Processo Eleitoral
425 precisa ser indicado, hoje, dois Titulares e dois Suplentes deste Comitê, após a leitura do Art. 2º
426 São atribuições da Comissão Eleitoral: a comissão ficou assim constituída: **Edielson Nunes dos**
427 **Santos e Francisco Carlos Figueiredo Pinheiro, com titulares e como suplentes,**
428 **respectivamente: José Marinho de Lima e Ivanildo Santana Duarte e.** Continuando chegou-
429 se ao **item 11. Oficina para preenchimento de planilha de Indicadores do Observatório das**
430 **Águas (OGA) – avaliação da governança do CBH-LS** a **Sra. Ana Cristina** convidou o
431 extensionista da UFPB para fazer uma apresentação de como vai ser a Oficina da tarde, já foi
432 assinado termo de adesão pelo Comitê e hoje vai ser aplicado a planilha com os indicadores de
433 aferição que busca o monitoramento da governança. Vai ser formado grupos onde serão
434 preenchidas essas planilhas. A **Sra. Maria Edelcides** fez uma breve retrospectiva do processo do
435 OGA. Teve uma pausa para almoço e às 13h30min., continuou as atividades com a formação dos
436 grupos para preenchimento e avaliação dos indicadores do OGA. Foi uma tarde toda para a
437 realização dessa oficina que se encerrou as 17h, e eu **Ana Cristina Sousa e Silva, 1ª Secretária**
438 **geral**, do CBH-LS, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será anexada a lista dos
439 presentes.



Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul da Paraíba - CBH-L5

LISTA DE PRESENÇA

Assunto: 1ª Reunião Ordinária do CBH-L5 de ano 2023

Data: 16/05/2023

Local: Hotel Litoral / João Pessoa-PB

Nº	Título/Sigla	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
Poder Público Federal						
1	T	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	Lyndez Johnson			João Pessoa
	S	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	Rafaelson José da Paz		rafaelson@ibama.gov.br	João Pessoa
Poder Público Estadual						
1	T	Agência Executiva de Gestão das Águas - AESA	Jucyr Marcelo Nóbrega		JUCYR@AESA-PB.GOV.BR	João Pessoa
	S	Agência Executiva de Gestão das Águas - AESA	Francisco José de Brito Sousa			
2	T	Secretaria de Estado de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente	Távia Dias Sampaio			João Pessoa
	S	Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP	João Marcelo de Lima		joao.marcelo@sedap.pb.gov.br	João Pessoa
Poder Público Municipal						
1	T	Prefeitura Municipal de Conde	Fabio Ricardo Cavalcante de Lima			Conde
	S	Prefeitura Municipal de Conde				
2	T	Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo				Pedras de Fogo
	S	Prefeitura Municipal de Alhandra	Edelson Nunes dos Santos		edelsonnunes@alhandra.pb.gov.br	Alhandra
3	T	Prefeitura Municipal de Pírrão	Francisco Carlos de Figueiredo Pinheiro		carlos@pirrao.pb.gov.br	Pírrão

440

4	S	Prefeitura Municipal de Caspary	Alfredo Manoel do Espírito Santo Neto			Caspary
	T	Prefeitura Municipal de Santa Rita	Netalva Barbosa Macedo			Santa Rita
	S	Prefeitura Municipal de João Pessoa	Wilson Araújo Oliveira			João Pessoa
Órgãos de Água						
1	T	Agro Industrial Tatu S.A.	Wilson Fátima de Lira Almeida			Caspary
2	T	Alpergatas S/A	Waldirio Barbosa de Sousa			Santa Rita
	S	Alpergatas S/A	Genival Soares Corrêa de Lima			Santa Rita
3	T	Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - CEPASA	Rodrigo Siqueira de Paiva		rsiqueira@cepasa.pb.gov.br	João Pessoa
	S	Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - CEPASA	Wesley José de Silva			João Pessoa
4	T	Companhia de Água e Esgoto da Paraíba - CADEPA	Uziel Pinheiro de Alencar		uziel@cadepa.pb.gov.br	João Pessoa
5	T	Companhia de Cimento da Paraíba - CCP	Caetano Emanuel Diniz De Souza			Pírrão
	S	Companhia de Cimento da Paraíba - CCP	Osvaldo Heugemba Farias			Pírrão
6	T	Catembas S.A.	Adão Saraiva Torres Filho			João Pessoa
	S	Catembas S.A.	Talita Inês dos Neves			João Pessoa
7	T	Elitwinth Parcelarato Ltda	Guilherme Barbosa		guilherme@elitwinth.com.br	João Pessoa
	S	Elitwinth Parcelarato Ltda	Helio Nogueira Rodrigues Chaves			João Pessoa
8	T	Julson Galvão de Silva	o mesmo			Caspary
9	T	LafargeIndústria Brasil S.A.	Dargildy Ferreira de Silva Neto			Caspary
10	T	Urbis Glass Ltda	Luciano Alberto Lima Filho			Pedras de Fogo
Indústria Civil						
11	T	Associação de Plasmolinos de Lata de Paraíba - APLAP	Alcides Huguete de Silva Neto			João Pessoa
12	T	Associação Conde Orgânicos	Wesley Andrade de Matos Junior			Conde

441

1	6	Instituto ECAS-BOCS	Clara de Fátima Albuquerque			Júlia Pereira
2	7	Comunidade Histórica de Paraíba - Escola Odebrecht de Terapias Comportamentais de Engenharia e Arquitetura de Paisagem - CEPA	Luís Roberto Santos Duarte	<i>[Signature]</i>		Júlia Pereira
3	7	Associação de Paisagem - CEPA	Adriano Luiz de Lima	<i>[Signature]</i>		Júlia Pereira
4	7	Federacao de Agricultura e Pecuária de Paraíba - FAZPA	Domingos de Lázaro Filho	<i>[Signature]</i>		Júlia Pereira
5	7	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Paraíba - IFPB	Maria Ediléia dos Santos de Vasconcelos	<i>[Signature]</i>		Júlia Pereira
6	7	Sindicato dos Produtores Rurais de Paraíba	Edilene Maria dos Santos			Caiporá
7	6	Instituto dos Trabalhadores Rurais de Paraíba	Cláudia de Fátima Capistrano			Caiporá
8	7	Universidade Federal de Paraíba - UFPB	Ana Carolina Sousa de Almeida	<i>[Signature]</i>	<i>ana.melo@academico.ufpb.br</i>	Júlia Pereira

OUTROS PARTICIPANTES :

1. Iza de Melo Vidal
2. Diana Vanna Santos Ferreira
3. Diego M. T. Silva
4. ~~Valdemir Azevedo~~
5. Marcelo de Souza de Jesus
6. Bruno José de Macedo - AESA
7. Xicelly Gomes Azevedo Azevedo
8. Brancaia Werlang
9. Maria Júlia Werlang

10. *[Handwritten text, partially illegible]*

442
443